



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI DO SENADO

### Nº 5, DE 2009

Regulamenta o inciso I do art. 37 da Constituição Federal para disciplinar o provimento de cargo público mediante promoção, de que trata o inciso II do art. 8º da lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

**Art. 1º** Esta Lei regulamenta o inciso I do art. 37 da Constituição Federal, para disciplinar o provimento de cargo público mediante promoção a que se refere o inciso II do art. 8º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

**Art. 2º** Para o provimento de cargo público mediante promoção poderão ser reservadas, a critério da Administração, até vinte por cento das vagas oferecidas no concurso público de que tratam os artigos 11 e 12 da Lei nº 8.112, de 1990.

**Art. 3º** A promoção é o desenvolvimento do servidor na carreira e será concedida por mérito, por tempo de serviço ou por aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, na forma estabelecida nesta lei.

§1º Observado o interstício mínimo exigido em regulamento, a promoção por mérito ocorrerá em razão de aprovação em avaliação de desempenho, e consiste na elevação do posicionamento do servidor, dentro da mesma carreira, do padrão em que se encontra para o seguinte de mesmo nível de escolaridade.

§2º A promoção por tempo de serviço consiste na elevação do posicionamento do servidor, dentro da mesma carreira, do padrão em que se encontra para o seguinte de mesmo nível de escolaridade, e ocorrerá em razão da não aprovação na avaliação de desempenho a que se refere o §1º deste artigo,

após o cumprimento do acréscimo de novo interstício semelhante ao estabelecido para a promoção por mérito.

§3º A promoção por aprovação em concurso público consiste na elevação do posicionamento do servidor, dentro da mesma carreira, do padrão em que se encontra para o padrão inicial de nível de escolaridade acima, observando-se os seguintes requisitos:

I – aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos dentro do percentual de vagas reservadas na forma do art. 2º desta lei para fins de promoção;

II – comprovação, no ato da inscrição, de possuir o nível de escolaridade exigido para promoção mediante concurso público;

III – contar, no mínimo, dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos de exercício na carreira em que se encontra.

*Parágrafo único.* Respeitadas as exigências deste artigo, o candidato à promoção por aprovação em concurso público cumprirá todas as exigências legais e editalícias do concurso público em igualdade de condições com os demais candidatos.

**Art. 4º** É vedada a promoção cumulativa por mérito, tempo de serviço e por aprovação em concurso público.

**Art. 5º** Os demais requisitos para o desenvolvimento do servidor na carreira, mediante promoção, serão estabelecidos pela lei que fixar as diretrizes do sistema de carreira na Administração Pública Federal e seus regulamentos.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de lei está fundamentado no princípio da eficiência, insculpido no caput do art. 37 da Constituição Federal. O objetivo é regulamentar o inciso I desse artigo, para disciplinar o provimento de cargo público mediante promoção – forma de provimento, essa, que está prevista no art. 8º da Lei nº 8.112, de 1990, mas que o legislador não a disciplinou no capítulo I do Título II dessa lei, onde estão disciplinadas todas as demais formas de provimento de cargo público.

O princípio da eficiência está prestigiado uma vez que há o interesse social em receber a prestação de serviços públicos adequados a sua necessidade, com o menor custo possível para a sociedade. Daí porque este projeto prevê uma forma de aproveitamento dos melhores quadros, mediante seleção em concurso para promoção, exigindo o cumprimento dos mesmos rigores e de todas as etapas do concurso aplicado aos demais cidadãos.

Importa ressaltar que o fato de já estarem na carreira, com larga e comprovada experiência – que é auferida não somente pelo tempo de serviço, mas sobretudo no concurso público que prestarão com os demais cidadãos – assinala o interesse para que o Poder Público, se assim o desejar, estabeleça uma pequena reserva de vagas para o provimento mediante promoção. Não se trata portanto de reserva obrigatória, mas somente para os casos em que tal provimento atender ao princípio da eficiência.

Assim, por exemplo, se o concurso público oferecer 10 (dez) vagas, 2 (duas) serão reservadas para deficientes físicos (conforme lei em vigor) e, se a Administração assim quiser, 1 (uma) ou 2 (duas) vagas poderão ser reservadas para fins de promoção (uma vez que essa reserva não é obrigatória), restando 6 (seis) ou 7 (sete) vagas, respectivamente, para os demais concorrentes.

O projeto teve ainda o cuidado de fixar critérios de tempo de exercício no serviço público (10 anos) e de exercício na carreira em que se dará a promoção (5 anos), com o objetivo de aproveitar a experiência acumulada pelo servidor.

A promoção é uma forma legítima de o servidor alçar cargos de nível acima do seu dentro da mesma carreira, a exemplo do que já ocorre na carreira militar, em que Graduados que já tenham cumprido certo tempo de serviço e outros requisitos da carreira, podem concorrer para o padrão inicial do oficialato.

Convencido da justiça, da relevância e do alcance positivo para o serviço público que peço o apoio dos nobres Senadores para aprovação desta proposição.

Sala das Sessões,

**Senador EXPEDITO JÚNIOR**

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)*

Publicado no **Diário do Senado Federal**, 07/02/2009.

**Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília-DF**  
**Os: (10155/2009)**